

Eça e Pessoa: apropriações de “fragmentos identitários” da cultura portuguesa

Fernando Ferreira da Cunha Neto
Universidade Federal de Minas Gerais

I - “Las naciones, como las narraciones, pierden sus orígenes en los mitos del tiempo y sólo vuelven sus horizontes plenamente reales *en el ojo de la mente* [mind’s eye]. Una imagen semejante de la nación – o narración – puede parecer imposiblemente romántica y excesivamente metafórica pero es de esas tradiciones del pensamiento político y del lenguaje literario que la nación emerge como una poderosa idea histórica en occidente”. (Grifo do autor) BHABHA, Homi K., 2000, p.211.¹

É nosso propósito indagar sobre a presença de fragmentos de uma suposta identidade cultural portuguesa, em obras de Eça de Queirós e Fernando Pessoa, mais especificamente em *A Ilustre Casa de Ramires* do primeiro e em *Mensagem* do segundo. E utilizamos o termo fragmento, porque queremos dar a este um sentido de forma embrionária, vestígio disperso que, em determinados momentos,

¹ “As nações, como as narrações, perdem suas origens nos mitos do tempo e somente alcançam seus horizontes plenamente reais *no olho da mente*. Uma imagem semelhante da nação – ou narração – pode parecer impossivelmente romântica e excessivamente metafórica porém é dessas tradições do pensamento político e da linguagem literária que a nação emerge como uma poderosa idéia histórica no ocidente”. (Grifo do autor) BHABHA, 2000, p. 211.

é apropriado pelo discurso, transformado em objeto de uma pedagogia, com vistas à realização de uma performance.² E neste flanco, o da busca por fragmentos que autenticariam a existência de uma “genuína” identidade nacional, a literatura portuguesa, principalmente as obras dos dois autores anteriormente mencionados, oferece um vasto manancial. Tanto na primeira, *A Ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queirós, quanto na segunda, *Mensagem*, de Fernando Pessoa, todo o passado mítico-lendário português é revolvido. Ambos, Eça em seu último livro escrito e Pessoa na obra publicada no ano de sua morte, em 1935, têm como um dos pilares centrais de seus livros a “Nação Portuguesa”. Neles, em *A Ilustre Casa de Ramires* e em *Mensagem*, passado e presente português são investigados, indagados e, até certo ponto, reformulados. E esta “reformulação” se nos chega pela via de apropriações de traços de uma cultura, fragmentos de discursos que perpassam os séculos, na tessitura de uma “narrativa da nação portuguesa”.

Caso desejássemos, de forma muito sumária, declinar os elementos que, no início da formação do Reino Português, mais se sobrelevavam, apontaríamos o catolicismo e o espírito guerreiro, ambos combustíveis não só necessários à expansão dos exíguos territórios peninsulares como também essenciais à gradativa expulsão da bastardia moura que, desde o século VIII da era cristã, se apossara de parte das terras da Ibéria. De forma simbólica, nós denominaríamos estes dois vetores de Cruz e Espada – os símbolos – talvez signos identitários de uma nação, da Cultura portuguesa.

É inevitável que recordemos o Milagre de Ourique no qual os valorosos soldados da Cruz teriam recebido de Jesus Cristo a missão irrecusável de estabelecerem o Império da Cristandade. E esta missão, pretexto de muitas das aventuras dos portugueses nos limites próximos do continente europeu como em paragens longínquas - os “além-mares” - parece ter se cristalizado ao longo dos séculos e, mais relevante que esta cristalização, parece ter sido aposta como uma marca, traço de natureza psíquico-cultural, no imaginário dos ibéricos. Preferimos utilizar o termo ibéricos porque esta “missão” parece também ter sido um dos vetores da formação do Reino Espanhol.

² Tomamos emprestado o conceito formulado por BHABHA, 1998, p. 198-238.

Em outros termos e apropriando-nos de expressão utilizada por Benedict Anderson em sua obra, cujo título da edição brasileira é *Nação e Consciência Nacional*, a “Comunidade Imaginada”³ portuguesa teria tido como um dos elementos principais de sua “argamassa” a religiosidade, mais especificamente o fervoroso catolicismo dos habitantes do pequenino Reino de Portugal. Anderson, na obra em referência, debruça-se sobre os processos de formação dos “Estados-nações” na Europa, principalmente na segunda metade do século XIX. As análises do estudioso se encaminham para a tentativa de detectar quais as clivagens que, em determinados momentos e em áreas geográficas bastante específicas, foram mais eficazes, enquanto estratégias para justificar-se a escolha de determinadas comunidades, “eleitas” para se tornarem “Estados-nações”. Estas clivagens – o lócus privilegiado do estudo de Anderson é sem dúvida os Bálcãs – fossem de natureza étnica, lingüística ou religiosa sempre existiram. E enfatizemos que, embora a Península Balcânica, a leste da Europa, limítrofe com a Ásia e o Império Russo, tenha sido, de fato, e até mesmo em nossos dias, primeira década do século XXI, palco de movimentações de diversas etnias – os recentes genocídios na Bósnia Herzgovna e no Kosovo são fatos históricos estampados nos jornais que adquirimos na banca da esquina mais próxima – as referidas clivagens, sejam de natureza étnica, lingüística ou religiosa, são também características de outras partes da Europa. Lembremo-nos das dissidências galesa e escocesa no Reino Unido e dos bascos, na Espanha, para que retomemos a rota de volta à Ibéria.

Os estrategistas dos novos “Estados-nações”, da segunda metade do século XIX, por vezes, adotaram critérios de natureza étnica, lingüística ou religiosa para traçarem o mapa geográfico no qual seriam acomodadas

³ O título original da obra de Anderson é “Imagined Communities: Reflections on the origin and spread of Nationalism”. A denominação “Comunidades Imaginadas” nos parece muito apropriada para definir grupos humanos, alguns, bastante dispersos geograficamente falando, e que, muito antes de terem assumido a forma de “Estado-nação”, tiveram que ser imaginados enquanto comunidades. Estas, dependendo da situação específica do povo(nação) seus integrantes, poderia ter como elemento de coesão dos indivíduos que a constituíam a raça, a língua ou a religião.

partes das antigas nações⁴. Sem que adentremos nas especificidades dos processos que levaram os mesmos estrategistas a adotarem os referidos critérios, ampliando as antigas nações territorialmente, fundindo-as a outras de língua ou de origem étnica supostamente parecida, podemos articular parte das formulações de Anderson à História do Reino de Portugal. Assim, diríamos que o caso da nação portuguesa, pelo menos em seus primórdios, poderia ser denominado como uma “Comunidade Imaginada Religiosamente⁵”. Esta possibilidade de focar o caso português, no conjunto das nacionalidades européias, a maioria delas, só tendo se conformado como “Estado-nação” a partir do século XV, nos parece promissora. A “Comunidade Imaginada Portuguesa”, de tónus religioso, talvez fosse melhor utilizarmos a expressão Católica Apostólica, foi, dentre as outras “Comunidades Imaginadas” européias, a mais precoce. O seu marco inicial encrava-se no medievo, no século XII. Era o embrião dos Cavaleiros da Cruz e da Espada, ambas, ao longo da História, milhares de vezes brandidas. Alçadas contra o mouro que habitava as terras da Ibéria, contra o Cristão-novo, contra os heréticos ardendo nas fogueiras da Inquisição, contra os silvícolas nas colônias do além-mar para livrá-los das garras de suas divindades pagãs e torná-los servos da Cruz. E esta “Comunidade Imaginada Religiosamente” parece ter se cristalizado ao longo dos tempos, agregando-se a outros elementos, com os quais veio a constituir a liga que teria consubstanciado as diretrizes do “Estado-nação” português durante muitos séculos.

⁴ É bastante esclarecedor para a apreensão das mudanças nos sentidos e usos do termo *nação* o estudo de HOBBSBAWN, 1990. O sentido do vocábulo *nação*, antes das vagas de nacionalismos da segunda metade do século XIX, não estava acoplado à idéia de território. Também o uso do termo *pátria*, tal qual o empregamos hoje, estava desvinculado do princípio de domínio sobre uma extensão territorial. Existiam nações de húngaros de fala magiar, outras nações de húngaros de dialeto germânico, nações de balcânicos de crença católica, outras de muçulmanos. A junção *nação* + domínio de um espaço territorial será obra dos “nacionalismos” do século XIX.

⁵ Mais uma vez apropriamo-nos de expressão utilizada por Benedict Anderson no seu “*Comunidades Imaginadas*”. Apenas acrescentamos à expressão “Comunidades Imaginadas” o termo Religiosamente, que nos parece se aproximar bastante do caso português quando comparado aos processos de formação dos demais “Estados-nações” europeus.

Ainda com relação ao “amálgama” que teria forjado a “Comunidade Imaginada Portuguesa” no medievo, a religião, podemos nos valer de um outro estudioso, Eric J. Hobsbawm, no seu *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Como Anderson, Hobsbawm dedica-se ao estudo do germinar dos novos “Estados-nações”, que se iniciou a partir de fins do século XVIII, desenvolveu-se ao longo XIX, alcançando, por fim, o XX. O estudo de Hobsbawm notabiliza-se por uma espécie de “prospecção” dos usos e significados das palavras nação e pátria e sua posterior equalização com o Estado. Esta equalização, arbitrária, as pesquisas de Hobsbawm acerca dos sentidos e usos das palavras pátria e nação, antes do advento dos modernos “Estados-nações”, bem o provam, teria sido um dos grandes instrumentos, utilizados pelos estrategistas da segunda metade do século XIX, para “acomodar” grupos étnicos diversos, comunidades multilíngüísticas e também que professavam crenças religiosas diferentes. Como Anderson, Hobsbawm aponta para a arbitrariedade de muitos dos “Estados-nações” desenhados durante os processos de esfacelamento dos grandes impérios – o Austro-Húngaro é um dos grandes exemplos – e, também, para muitos casos em que as características de natureza étnica, lingüística ou religiosa, de grandes ou pequenas “nações”, foram desrespeitadas a pretexto de demarcar espaços geográficos suficientes à manutenção dos povos que as habitavam.

Tomemos agora as obras de Eça de Queirós e Fernando Pessoa mencionadas neste estudo.

Assentado o propósito firmado no início de nosso estudo, qual seja, o de apontar para a tessitura de uma “narrativa da nação portuguesa”, através da apropriação de fragmentos identitários da cultura portuguesa na obra de Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, e em *Mensagem* de Fernando Pessoa, temos que esclarecer o porquê da escolha dessas duas obras para levarmos adiante esse propósito.

A última obra de Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, surge em fins do século XIX, em sua primeira versão, publicada na *Revista Moderna*, com o título de *A Família Ramires*⁶. Na verdade, a Revista

⁶ Baseamo-nos em NUZZI, 1976. Nesta obra, é feito um minucioso estudo comparando a primeira versão de *A Ilustre Casa de Ramires*, publicada na *Revista Moderna*, e o livro editado após o falecimento de Eça de Queirós em 1900.

Moderna publicou capítulos de *A Família Ramires* de novembro de 1897 a março de 1899. Nesta última data, com a extinção do periódico, interrompe-se a publicação da obra. A mesma só viria a ser integralmente conhecida, já publicada em forma de livro, em 1900, após o falecimento do autor. Desde a publicação do último segmento de *A Família Ramires*, na Revista Moderna, em março de 1899, Eça teria ampliado a mesma não tendo, no entanto, conseguido levar a cabo a revisão do texto que conformaria o livro *A Ilustre Casa de Ramires*.

A apresentação dos dados anteriores pode parecer dispensável para o propósito que anteriormente estabelecemos – o de apontar para as supostas apropriações dos traços identitários da cultura portuguesa efetivadas por Eça – mas não o é. Fixar o tempo histórico em que surge o último livro de Queirós é crucial para os nossos intentos. *A Ilustre Casa de Ramires* surge em fins da última década do século XIX. É contemporânea, portanto, do *ultimatum* inglês de 1890, das acirradas disputas das potências européias centro-ocidentais para estabelecerem domínios na África, das discussões sobre o destino das colônias portuguesas no mesmo continente, da falência do modelo monárquico-parlamentar ao estilo britânico assumido pela monarquia portuguesa, dentre tantos outros acontecimentos que convulsionam a pequena nação ibérica de fins dos oitocentos.

Fernando Pessoa, após o retorno a Portugal em 1905 – ele vivera, até então, cerca de dez anos em Durban, África do Sul, em companhia da mãe e do padrasto, dará início ao curso de Letras. Não concluirá os estudos superiores e, a partir de uma determinada fase, concentrará toda a sua energia na tarefa de compreender Portugal⁷. E as sucessivas tentativas de Pessoa em apreender a própria pátria – fossem através de seus escritos

⁷ Fernando Pessoa dedica grande parte de seus ensaios de natureza sociológica a Portugal. Na verdade, eles são tentativas de explicar a natureza mais íntima do “ente” chamado Portugal e de indicar diretivas mais adequadas às especificidades da pequena nação ibérica. Um dos trabalhos de Pessoa que tenta discorrer sobre esta “natureza mais íntima” de Portugal é *Sobre Portugal – introdução ao problema nacional*. As análises do poeta vão desde ensaios que discorrem sobre a jovem República Portuguesa, sobre o funcionamento do regime constitucional em Portugal, até os escritos de tom profético, augúrios anunciadores do Quinto Império.

de natureza sociológica ou pela via de construções poéticas – encaminhar-se-ão para o resgate de todo um legado histórico-mítico-lendário, direcionando-se para um fim a priori estabelecido: a recondução de Portugal à condição de fulgurante império, posição esta perdida no transcorrer dos séculos.

Antes que tentemos apontar em *Mensagem* de Pessoa a lide e a instrumentalização do autor com o que até aqui vimos denominando fragmentos de uma suposta identidade cultural portuguesa, pensamos que seja essencial situá-lo em seu tempo histórico. Pessoa é contemporâneo dos estertores finais da monarquia portuguesa, assiste às convulsões dos primeiros anos do regime republicano em Portugal, descrê que o mesmo pudesse soerguer a nação portuguesa do estado de decrepitude em que a mesma se encontrava e, em alguns momentos, idealiza um Presidente-Rei⁸ que conseguisse agremiar as forças genuinamente nacionais – o que ele denomina “valores civilizacionais” de Portugal – e conduzisse a “nau-nação” portuguesa a um outro mar-império. As naus pessoanas, prestes a zarparem, eram de uma outra textura. Diferentemente das cantadas por Camões ou mesmo daquela que conduz o protagonista de *A Ilustre Casa de Ramires*, Gonçalo Mendes Ramires – o vapor chamado Portugal – para a África, as naus de Pessoa são construídas daquilo de que os sonhos são feitos⁹. Fragmentos de uma suposta identidade nacional que deveriam ser apropriados para performar a “nova” nação portuguesa – “O Quinto Império”.

II - “... O que procuro formular neste capítulo são as estratégias complexas de identificação cultural e de interpelação discursiva que funcionam em nome ‘do povo’ ou da ‘nação’ e os tornam sujeitos *imanescentes e objetos de uma série de narrativas sociais e literárias*” (Grifo nosso) (BHABHA, Homi K., 1998, p. 1999)

⁸ Fazemos referência ao poema “À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais”. Além desta composição poética de Pessoa, existem textos do poeta em que ele defende a implantação de um regime de força em Portugal, cujo concludor deveria ser um super-ditador iluminado. Alguém que agremiasse as forças genuinamente nacionais – os vetores civilizacionais portugueses – rumo ao Quinto Império.

⁹ PESSOA, 1986. p. 397.

Tomamos o trecho anterior, extraído do capítulo “DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna” da obra *O Local da Cultura* de Homi K. Bhabha, porque o apreendemos como estratégico para levarmos adiante nossos propósitos. Bhabha, no capítulo em referência, discute todas as formas utilizadas pelos, por nós denominados, “estrategistas dos novos ”Estados-nações”, para *disseminar* a idéia de nação. Segundo o estudioso, esta disseminação teve como uma de suas principais estratégias a interpelação discursiva dos “sujeitos”. Este processo se fez, ainda seguindo a trilha aberta por Bhabha, por dois flancos. Ao mesmo tempo que o discurso interpela o sujeito com vistas à realização de uma performance, ele também o “constitui”, tornando-o, em parte, “autor” do texto em que ele mesmo se circunscreve. Este processo interpelação/constituição do indivíduo seria efetivado por “usos” dos chamados “fragmentos dispersos” que, grosso modo, poderiam ser assim resumidos: discursos sobre certas características étnicas; sobre a eleição(escolha) de certos grupos(povos) por parte de(dos) Deus(es); uma suposta anterioridade a outros povos; a idéia do lócus sagrado – sentimento de se pertencer a um local –; a repulsa, aversão, ao Outro. O poder de interpelação que estes fragmentos de supostas identidades revelam se nos assoma em diversos momentos da História. A dança das etnias, na Europa dos Bálcãs, já referenciada anteriormente, talvez seja um dos exemplos mais expressivos.

Apropriemo-nos agora do entrecho das obras literárias tomadas para estudo, *A Ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queirós, e *Mensagem*, de Fernando Pessoa.

O livro de Eça narra a história do clã dos Ramires. O último descendente da mais antiga família fidalga de Portugal – seus mais longínquos antepassados seriam anteriores à formação do Reino Português – Gonçalo Mendes Ramires, vive os estertores finais do século XIX. E os vive de uma forma dupla. A sua estirpe, outrora gloriosa, acompanhara o descenso da Nação Portuguesa e juntamente com esta chega ao fim dos oitocentos falida e desmoralizada. O mesmo Gonçalo Mendes Ramires dedica suas energias à escrita de uma novela histórica, *A Torre de Dom Ramires*, com um duplo objetivo: ressuscitar o passado mítico-lendário português – a interpelação discursiva pela instrumentalização de fragmentos sobre o passado português – e eleger-se deputado por Vila Clara em virtude da popularidade adquirida com a publicação da obra. Mais do que uma mera interpelação discursiva, toda a obra de Eça

aponta para apropriações de um suposto passado – da idéia de “Nação Portuguesa”, de “Povo” destinado a disseminar o Império da Cruz pelos quatro cantos do mundo – como também para uma “reformulação” deste mesmo legado, ao final do século XIX, quase milenar. Se o enunciado da obra de Eça apresenta linhas de força que o conectam a supostos traços genuínos de uma cultura, o(s) narrador(es)¹⁰ não eclipsa(m) o fato de que a enunciação se dá em uma era que não aquela das bravura dos heróicos Ramires do Medievo.

Mensagem, o único livro que Pessoa chegou a ver publicado, dividido em três partes – Brasão, Mar Português e O Encoberto – “narra” a história do Reino de Portugal desde seu estágio embrionário até os prenúncios do que Pessoa denominou o “Quinto Império”. Este, que segundo Pessoa seria o último império que a Europa conheceria, o da Cultura Portuguesa, se consubstanciaria com o retorno de D. Sebastião, desaparecido em Alcácer Quibir. Os poemas de *Mensagem*, caso tentássemos tomá-los em seu conjunto, são como um trombetear que anunciam o ressurgimento dos entes lendários da história portuguesa. Mais do que anunciar a “ressurreição” dos heróis portugueses, os poemas parecem realizar a apropriação do passado como uma “outridade”,¹¹ a conjugação dos traços dos discursos legados por toda a História de Portugal, conformando um “Outro” – Portugal – com vistas a um futuro estelar¹².

¹⁰ A obra *A Ilustre Casa de Ramires* tem início com um narrador em terceira pessoa que nos apresenta a personagem central, Gonçalo Mendes Ramires. No decorrer da narrativa outros narradores se inscreverão. O próprio Gonçalo será um deles quando escreve a sua novela histórica *A Torre de Dom Ramires*. Em outras partes do livro de Queirós a pena condutora da narrativa é entregue a narradores secundários formando o que os estudiosos costumam chamar de narrativa encaixada dentro de outra(s) de maior amplitude.

¹¹ Mais uma vez apropriamo-nos de formulação de Homi Bhabha no seu “DissemiNação...” À página 222 do capítulo em referência, o estudioso aponta para as formas de apropriação do passado – seus legados – fragmentos de discursos que permanecem como que em um estado de letargia mas que, em determinadas situações e contextos, podem ser despertados.

¹² Em muitos dos escritos de Pessoa, por vezes temos a impressão de que a trajetória vislumbrada por ele para Portugal seria um caminho estelar. Este seria alcançado com advento do “Quinto Império, o da Cultura Portuguesa, final e definitivo no cenário europeu.

III - "...Se é amplamente reconhecido que os Estados-nação são 'novos' e 'históricos', as nações a que eles dão expressão política assomam de um passado imemorial, e, ainda mais importante, deslizam para um futuro ilimitado. A mágica do nacionalismo consiste em transformar o acaso em destino...

... O que proponho é que o nacionalismo dever ser compreendido pondo-o lado a lado, não com ideologias políticas abraçadas conscientemente, mas com os sistemas culturais amplos que o precederam, a partir dos quais – bem como contra os quais – passaram a existir". (ANDERSON, 1989, p. 19-20)

Para finalizarmos este breve estudo, gostaríamos de tomar partes das obras citadas, *A Ilustre Casa de Ramires* e *Mensagem*, com o objetivo de melhor elucidarmos as idéias até aqui expostas. Da primeira tomaremos o episódio da partida do protagonista, Gonçalo Mendes Ramires, para a África e de *Mensagem* os poemas "A Última Nau" e "O Quinto Império".

O protagonista da obra de Eça e, também, o autor da novela histórica, *A Torre de Dom Ramires*, narrativa menor encaixada em *A Ilustre Casa de Ramires*, Gonçalo Mendes Ramires, após o término da referida novela e da realização de uma breve campanha eleitoral junto aos habitantes dos arredores de sua velha Torre, vence as eleições e elege-se deputado do Parlamento Português por Vila Clara. Tal sucesso representava a resolução de seus problemas mais prementes. Com a eleição ele partiria para Lisboa e assumiria seu posto no parlamento. Talvez, com alguma sorte, seria convidado para compor o ministério de S. Fulgêncio, político português que, à época, chefiava o gabinete do Império. O mesmo Gonçalo gozaria dos privilégios e da "High Life" proporcionados aos políticos em Lisboa e, em virtude do sucesso e aceitação alcançado por sua obra, a novela histórica *A Torre de Dom Ramires*, provavelmente todas as portas de acesso ao poder se lhe abriam, era a saída para os seus graves problemas de ordem financeira. Entretanto, após uns poucos meses como membro do Parlamento do Império Português, surge uma notícia que estarrece a todos de Santa Irenia – o velho rincão, onde, por séculos e séculos habitaram todos os ascendentes de Gonçalo Mendes Ramires, na obra em referência, intitulado o "Fidalgo da Torre".

"... Mas nos fins de abril uma notícia de repente alvoroçou Vila Clara, espantou na quieta Oliveira os rapazes do clube e da Arcada [...] Gonçalo Mendes Ramires, silenciosamente, quase misteriosamente,

arranjara a concessão de um vasto prazo de Macheque, na Zambézia, hipotecara a sua Quinta Histórica de Treixedo, e embarcava em começos de Junho no paquete “Portugal”, com o Bento, para a África.”(EÇA DE QUERÓS, [s.d.], p. 345)

Ainda que o trecho de *A Ilustre Casa de Ramires*, do qual nos apropriamos, tenha sido extraído de toda uma seqüência na qual ele representa um dos pontos nodais, o que dificulta as análises às quais nos propomos, pensamos que, mesmo assim, é possível a referência aos traços/fragmentos de uma “identidade” cultural portuguesa e ao processo de sua reelaboração/reconstrução através da escrita. Em outros termos, apontarmos para algumas das apropriações efetivadas por Eça dos mesmos fragmentos “identitários” da cultura portuguesa.

O “Fidalgo da Torre” – o protagonista de *A Ilustre Casa de Ramires* – Gonçalo, após ter alcançado o posto de deputado no Parlamento Português, abandona o mesmo precocemente e parte para uma empreitada na longínqua e mítica África. De repente, parece surgir no horizonte uma retomada de toda a saga marítimo-colonizadora dos portugueses que foram pelos quatro cantos do mundo edificando imenso império. O mesmo episódio, a partida da personagem principal de *A Ilustre Casa de Ramires* para África, faz com que recordemos todas as construções literárias, desde a epopéia camoniana, *Os Lusíadas*, que tiveram como tema central a saga marítima portuguesa. São “fragmentos dispersos” de inúmeros discursos sobre toda uma obra civilizacional – a portuguesa – que se juntam e impulsionam a nau que conduz o “Fidalgo da Torre”, Gonçalo Mendes Ramires, para a África. Mas a nau que leva Gonçalo é um vapor de nome *Portugal*. Não são as velhas naus de madeira e vela que seguiram o contorno da África no rumo sul, que cruzaram o Índico, o Atlântico. Os fragmentos do passado se nos alcançam mediatizados pela realidade de fins do século XIX. O fidalgo Ramires, último descendente da mais antiga família portuguesa, hipoteca uma de suas ancestrais propriedades para levar adiante seus planos do negócio na África e navega em um vapor – talvez a transmutação, efetivada pelo discurso, dos fragmentos/traços de todo um legado cultural, àquela altura, multissecular.

Tomemos de *Mensagem* “A Última Nau” e “O Quinto Império”.

A ÚLTIMA NAU

Levando a bordo El-Rei D. Sebastião
Erguendo, como um nome, alto o pendão
Do Império,
Foi-se a última nau, ao sol aziago
Erma, e entre choros de ânsia e pressago
Mistério.

Não voltou mais. A que ilha indescoberta
Aportou? Voltará da sorte incerta
Que teve?
Deus guarda o corpo e a forma do futuro,
Mas Sua luz projecta-o, sonho escuro
E breve.

Ah, quanto mais ao povo a alma falta,
Mais a minha alma atlântica se exalta
E entorna,
E em mim, num mar que não tem tempo ou espaço,
Vejo entre a cerração teu vulto baço
Que torna

Não sei a hora, mas sei que há a hora,
Demore-a Deus, chame-lhe a alma embora
Mistério.
Surges ao sol em mim, e a névoa finda:
A mesma, e trazes o pendão ainda
Do Império.

(PESSOA, 1998, p. 65)

Este poema de *Mensagem*, o de número XI da segunda parte da obra de Pessoa, “Mar Português”, faz com que se alevante um dos símbolos/ícones da história/cultura portuguesa, El-Rei D. Sebastião. Desaparecido em uma batalha ocorrida no norte da África, no ano de 1578, o monarca português permanece como uma lenda no cenário das glórias levadas a cabo pela raça lusitana. Morto em um combate no qual guerreavam-se mouros, os inimigos da Cruz, o corpo de Dom Sebastião jamais fora encontrado. No imaginário de sucessivas gerações de portugueses, sempre vicejou a idéia do retorno do bravo El-Rei que fora traído pela sorte nos areais de Alcácer Quibir. Ele ressurgiria em uma manhã de densa neblina porque teria estado “encoberto” por um denso

véu – o das sucessivas derrocadas que acometeram a Nação Portuguesa após o seu desaparecimento. E, em *Mensagem*, trombeta-se para *preenunciar* o advento do retorno do monarca desaparecido na África e o início do “Quinto Império” – o mais genuíno que todas as eras conheceriam – o da Cultura Portuguesa. Tomemos um trecho de “O Quinto Império”.

O QUINTO IMPÉRIO

...
Eras sobre eras se somem.
No tempo que em eras vem.
Ser descontente é ser homem.
Que as forças cegas se domem.
Pela visão que a alma têm!

E assim, passados os quatro
Tempos do ser que sonhou.
A terra será teatro
Do dia claro, que no atro
Da erma noite começou.

Grécia, Roma, Críandade,
Europa – os quatro se vão
Para onde vai toda idade.
Quem vem viver a verdade
Quem morreu D. Sebastião?

(PESSOA, F., 1998, p.76-77)

Neste outro poema de *Mensagem* é profetizado o início do “Quinto Império”. A reapropriação de fragmentos de discursos sobre um dos períodos mais gloriosos da história portuguesa parece erigir o “*passado*” de forma a modelá-lo em um “Outro”. Este “Outro”, introduzido no presente, contemporaneidade portuguesa das três primeiras décadas do século XX, transforma-se em um moto propulsor rumo ao espaço, a uma trajetória estelar. Se os condutores da titubeante República Portuguesa, contemporânea a Pessoa, não eram capazes de fazer navegar a nau lusitana rumo ao “mar português”, que a reapropriação/reconstrução de “Outro” Portugal/Passado e sua introdução no presente o fizesse. O “Quinto Império”, que sucederia ao grego, ao romano, ao da críandade e ao da Europa Ocidental, o da Cultura Portuguesa, é a obra: junção de

fragmentos/discursos sobre o passado do povo português; sobre a eleição deste mesmo povo como designado por Deus para levar adiante a missão de implantar o Império da Fé; sobre a antiguidade e a originalidade dos Cavaleiros da Cruz e da Espada.

Retiremos do capítulo “DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna” de *O Local da Cultura*, de Homi K. Bhabha, uma de suas formulações.

“... Não basta simplesmente se tornar consciente dos sistemas semióticos que produziram os signos da cultura e sua disseminação. De modo muito mais significativo nos defrontamos com o desafio de ler, no presente da performance cultural específica, os *rastros* de todos aqueles diversos discursos disciplinadores e instituições de saber que constituem a condição e os contextos da cultura”. (Grifo nosso) (BHABHA, 1998, p. 229)

Do balé espectral das múltiplas figurações e reconfigurações sobre o passado, de reapropriações de velhos mitos, de fantasmas multisseculares que são erigidos às margens e entre uma infinidade de textos, parece surgir uma outra tessitura para a nação portuguesa, na qual os entes ficcionalizados por Eça e Pessoa são levados em naus, a plenas velas, rumo ao mar sem fim.

Referências Bibliográficas

Sobre Eça de Queirós

A) Do Autor

EÇA DE QUEIRÓS, J. M. *A Ilustre Casa de Ramires*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.].

B) Fortuna crítica sobre a obra de Eça de Queirós

COELHO, Maria T. P. *A Ilustre Casa de Ramires e a questão africana: entre a História e o mito*. In: *150 Anos com Eça de Queirós*. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses-FFLCH-USP, 1997. p.409-419.

FRANCHETTI, Paulo. Gonçalo Mendes Ramires e Oliveira Martins: reaportuguesando Portugal. In: *150 Anos com Eça de Queirós*. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses-FFLCH-USP, 1997. p. 469-476.

FREIRE, Gilberto. Lusitanidade e Universalidade em Eça de Queirós. In: PEREIRA, Lúcia Miguel & REYS, Câmara. *Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Lisboa: Edições Dois Mundos, 1945. p. 23-30.

LEPECKI, Maria Lúcia. *Eça na Ambigüidade*. Lisboa: Jornal do Fundão-Editora, 1974.

LINS, Álvaro. Posição Política de Eça de Queirós. In: PEREIRA, Lúcia Miguel & REYS, Câmara. *Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Lisboa: Edições Dois Mundos, 1945. p. 49-58

MEDINA, João. *Eça Político*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

NUZZI, Carmela Magnatta. *Análise Comparativa de duas Versões de A Ilustre Casa de Ramires*. Porto: Lello & Irmãos, 1976.

PADILHA, Laura Cavalcante. *O Espaço do Desejo: uma leitura de A Ilustre Casa de Ramires de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: EDUFF-EDUnB, 1989.

RAMOS, Feliciano. *Eça de Queirós e Seus Últimos Valores*. Lisboa: Ocidente, 1945.

REIS, Carlos. *Estatuto e Perspectivas do Narrador na Ficção de Queirós*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1984.

SARAIVA, Antônio José. *As Idéias de Eça de Queirós*. 2. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982.

SILVEIRA, Jorge F. A Casa Portuguesa, uma forma de escrever Portugal: *A Ilustre Casa de Ramires*. In: *150 Anos com Eça de Queirós*. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses-FFLCH-USP, 1997. p. 266-272.

C) Estudos Teórico-interpretativos sobre a Obra de Eça de Queirós e Fernando Pessoa

BERRINI, Beatriz. *Eça e Pessoa*. A Regra do Jogo Edições, [s.d.].

LOURENÇO, Eduardo. Da Literatura como interpretação de Portugal. In: *O Labirinto da Saudade*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1982. p. 85-126.

LOURENÇO, Eduardo. Psicanálise Mítica do destino português. In: *O Labirinto da Saudade*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1982. p. 19-68.

QUADROS, António. *A Idéia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos cem anos*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989.

D) Obras que oferecem suporte teórico para este artigo

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BHABHA, Homi K. Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 198-238.

BHABHA, Homi K. Locais da Cultura. In: *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 19-42.

BHABHA, Homi K. Narrando La Nación. In: BRAVO, Álvaro Fernández (Org.). *La Invención de la Nación*. Buenos Aires: Manantial, 2000. p. 211-219.

BHABHA, Homi K. O Compromisso com a teoria. In: *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 43-69.

CARVALHAL, Tania Franco. Literatura Comparada: a estratégia interdisciplinar. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Niterói: Abralic, n.1, p. 9-21, 1991.

FANON, Frantz. Sobre la cultura nacional. In: BRAVO, Álvaro Fernández (Org.). *La Invención de La Nación*. Buenos Aires: Manantial, 2000. p. 77-89.

HELENA, Lúcia. Escrevendo a Nação. In: *Anais do IV Congresso da ABRALIC*. São Paulo: Abralic, 1995. p. 525-530.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

JAUSS, Hans Robert. *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*. São Paulo: Ática, 1994.

JAUSS, Hans Robert. A Estética da Recepção colocações gerais. In: COSTA LIMA, Luiz (Org.). *A Literatura e o Leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 43-61.

RENAN, Ernest. ¿Qué es una nación? In: BRAVO, Álvaro Fernández (Org.). *La Invención de La Nación*. Buenos Aires: Manantial, 2000. p. 53-66.

WHITE, Hayden. O Texto Histórico como Artefato Literário. In: *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 97-116.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática, 1989. Capítulos 1-6, p. 08-73.

Sobre Fernando Pessoa

A) Do Autor - Prosa

PESSOA, Fernando. "A Nova Poesia Portuguesa no seu Aspecto Psicológico". In: *Obras em Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 378-397.

PESSOA, Fernando. "A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada". In: *Obras em Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 361-378.

PESSOA, Fernando. "Como Organizar Portugal". In: *Obras em Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 591-599.

PESSOA, Fernando. "A Doença da Disciplina". In: *Obras em Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 600-601.

PESSOA, Fernando. "O Interregno – Defesa e Justificativa da Ditadura Militar em Portugal". In: *Obras em Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 601-618.

PESSOA, Fernando. *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Lisboa: Europa-América, [s.d.].

PESSOA, Fernando. *Sobre Portugal*. Lisboa: Ática, 1978.

B) Do Autor – Poesia

PESSOA, Fernando. *Mensagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PESSOA, Fernando. "Ode Marítima". In: *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 248-269.

PESSOA, Fernando. "Ode Triunfal". In: *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 240-245.

PESSOA, Fernando. "À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais". In: *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 25-30.

PESSOA, Fernando. "O Guardador de Rebanhos". In: *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 137-162.

PESSOA, Fernando. "Odes de Ricardo Reis". In: *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 187-230.

C) Sobre o Autor

BERARDINELLI, Cleonice. "Estudo Introdutório". In: PESSOA, Fernando. *Obras em Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 15-28.

COELHO, Nelly Novaes. "Fernando Pessoa, A Dialética do Ser-Em-Poesia". In: *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. XIII – XLIII.

SERRÃO, Joel. *Fernando Pessoa Cidadão do Imaginário*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

SIMÕES, João Gaspar. *Vida e Obra de Fernando Pessoa*. 4. ed. Amadora: Bertrand, 1980.

Resumo

Neste ensaio, pretendemos discutir as apropriações realizadas por Eça de Queirós, em sua obra *A Ilustre Casa de Ramires*, e por Fernando Pessoa, em *Mensagem*, dos fragmentos da identidade cultural portuguesa.

Abstract

In this essay we intend to discuss the appropriations made by Eça de Queirós, in his novel *A Ilustre Casa de Ramires* and made by Fernando Pessoa in *Mensagem*, of the fragments of cultural Portuguese identity.